

BÍBLIA E CIDADANIA

Considerações sobre a relação *Bíblia e Política*, a propósito da CF-96

Luiz José Dietrich
CEBI-SC, Florianópolis

É importante este confronto porque nos permite tirar da Bíblia algumas luzes sobre a questão da política, buscando uma avaliação bíblica da política. E também porque uma leitura da Bíblia com esta preocupação fornece pistas para uma avaliação política da Igreja, da teologia e das nossas práticas pastorais. A relação entre Bíblia e política é uma estrada de duas mãos, pode propiciar uma revisão de nossas práticas nas igrejas e na sociedade.

Este artigo inicia com algumas palavras introdutórias sobre a política e sua relação com a cidadania e a gestão coletiva das cidades, em seguida faz um rápido apanhado da questão política na Bíblia, principalmente mostrando dois projetos políticos contraditórios, mas ambos legitimados teologicamente, e conclui apontando pistas para uma atuação política fiel ao Deus da Vida.

1. DE QUE POLÍTICA ESTAMOS FALANDO?

1.1 - RAÍZES DA POLÍTICA

"Política vem de *pólis*, palavra grega que significa cidade. Política é o governo da cidade"¹ Era a atividade desenvolvida pelos cidadãos dirigindo os destinos de suas cidades. Enquanto em outros locais, como na Pérsia ou no Egito, a atividade política era a atividade do pequeno grupo de governantes, que comandava autocraticamente o coletivo em direção a objetivos como guerras, construções públicas e

pacificação interna, na Grécia a atividade política desenvolver-se-ia como cimento da própria vida social.²

Mesmo considerando que na Grécia os estrangeiros, os escravos e as mulheres, mesmo as mais ricas, não participavam das assembleias (*ekklesia*) em que os cidadãos deliberavam ou legislavam sobre a vida de suas

cidades, a democracia das cidades gregas, como uma grande novidade, possibilitou que a sociedade tivesse participação

política. A política já não se restringia ao estreito limite do exercício do governo. Como uma experiência de harmonização da vida pessoal com o coletivo, formou um espaço de presença da política no cotidiano, sendo desta forma a política uma espécie de ética, um referencial para o comportamento individual em face ao coletivo social, a multiplicidade da *pólis*. A atividade política teria então uma função pedagógica de transformar os cidadãos em políticos.

Por sua vez, a autoridade do soberano, a função da chefia, passa a ter seu poder definido pelos cidadãos, através de leis estabelecidas pela assembleia. Neste espaço se desenvolvem as discussões públicas, a prática pública do discurso voltado ao convencimento, a vivência democrática do conflito entre as diversidades. Não somente o Estado, o governante executivo, mas também a cidade, a reunião de cidadãos, adquire significado, participa politicamente. Com a invenção da política, os gregos desfizeram as características do poder despótico. Estas relações definem a política grega como um todo.

1.2 - POLÍTICA COMO ALIENAÇÃO

Em Roma, ao contrário, a política é manifestamente voltada a objetivos privados: os interesses das famílias originais que precisavam resguardar seu monopólio sobre as riquezas saqueadas ou a exploração da terra. A palavra "pátria" denuncia esta origem familiar, vem do *pater familias*, e os nobres romanos eram os *patricios*. O Estado romano seria assim um protetor dos *patricios* impondo os interesses destes aos demais, seja pelos tributos - impostos - seja convocando-os para as guerras, como instrumentos de saque. Outra parte da atividade, a relação entre o protetor e seus protegidos, é efetuada mediante o direito romano, que garante a não interferência do Estado na propriedade privada, nos interesses dos *patricios*, e a não ingerência do público, coletivo, no particular.

E ali a atividade política tem a ver com o jogo entre os *patricios* - militares, burocratas e burguesia - e o Estado, e suas práticas de manipulação, corrupção e repressão. Em Roma a atividade política concentra-se na disputa pelo poder de proteção do Estado, como instituição a serviço de interesses privados. Nada a ver com a relação cidade-Estado da política grega. O Estado moderno, agrandado, servindo para impor interesses particulares e setoriais ao conjunto da sociedade, sem nenhum interesse na realização do tão falado "bem comum", tem seu modelo em Roma.

"Com a invenção da política, os gregos desfizeram as características do poder despótico"

O Estado moderno desenvolveu-se sob o signo do maquiavelismo, do desenvolvimento do poder pelo poder. E com ele, a ciência política, no sentido em que era entendida pelos gregos e pelos medievais, praticamente desapareceu. Foi substituída por outras ciências do homem: pela ciência jurídica, pela economia política, pela sociologia. Estas ciências não pretendem reger o Estado. Deixam-no com as mãos livres. Ocupam-se do homem reduzido em suas funções, separado, alienado de seu contexto concreto, isto é de sua cidade. O contexto concreto da vida social é cada vez mais o próprio Estado.³

1.3 - POLÍTICA COMO DESPOLITIZAÇÃO DA CIDADANIA E DO COTIDIANO.

A atividade política transfere-se da gestão pública das coisas públicas, "*res-publica*", para a instituição em que ela se realiza. A política institucionaliza-se numa esfera autônoma, acima da sociedade: no Estado. A atividade institucional promove uma divisão na sociedade entre governantes e governados, dominantes e dominados, dirigentes e dirigidos. Para abrandar esta separação, os Estados modernos promovem uma "cidadania institucionalizada", cuja participação nos negócios públicos resume-se à escolha de uma representação política pelo voto.

No entanto, as eleições cada vez mais afastam e mantêm a política longe do cotidiano. Realizam-se somente de tempos em tempos e o objeto da escolha restringe-se ao preenchimento de alguns cargos eletivos. Não se vota em políticas, isto é em propostas para a solução de problemas concretos. Isso passa a ser responsabilidade exclusiva dos tutores eleitos. E certo que muitas vezes são eleitos com base em programas, mas, mesmo que não os cumpram, legalmente hoje nada se pode fazer, a não ser falar mal do candidato e esperar outra eleição. Enquanto isso os tutores estão de posse exclusiva dos instrumentos de dominação e direção políticas que a lei lhes faculta para, em nome do país, decidirem conforme sua própria vontade. E os eleitores, alienados da política.

Para que as necessidades cotidianas sejam traduzidas em votos é necessário que antes percorram formas não institucionalizadas de participação como as comunidades, os movimentos, as lutas sindicais. Precisam ser fundamentadas em escolhas cotidianas. As eleições deveriam ser distritais, os municípios deveriam ter mais poder e autonomia, e os eleitores deveriam ter meios de destituir aqueles que elegeam. O confronto eleitoral, neste caso, deveria ser apenas o último elo abstrato de uma cadeia cujo conteúdo concreto seria passado pela mobilização e organização cotidianas da sociedade.⁴

Este breve resumo histórico da questão da política quer mostrar que houve uma despolitização do cotidiano. Usamos despolitização no sentido de que os cidadãos e cidadãs foram alijados das decisões relativas à sua própria *pólis*. E propomos que *pólis* seja primordialmente entendida no sentido de cidade e que seja estendida para o conceito de "Estado Nacional", como quer o Texto-Base da CF 96⁵ somente a partir de uma cidadania que seja protagonista na gestão de sua própria cidade. Cidadania tem a ver primordialmente com a cidade. Cidade e Estado são grandezas antagônicas. "O Estado só conseguiu instalar seu domínio indis-

cutível após ter destruído a idéia de cidade e a realidade da vida da cidade"⁶.

A despolitização do cotidiano, em parte é feita pela difusão da idéia de que os melhores administradores são os técnicos especialistas em determinadas áreas, pela centralização do poder na capital federal e nas capitais estaduais, e também pela institucionalização da política, que leva para dentro das câmaras municipais, assembleias estaduais, senado e câmara federal, as decisões políticas. Assim afastam a política dos cidadãos e das cidadãs, que ali já não exercem quase nenhuma influência direta. E os partidos políticos estão plenamente adequados a este jogo de legitimação do Estado, baseada na fragmentação e na privatização das atividades sociais e políticas.⁷

*"As eleições
cada vez mais
afastam e
mantêm a
política longe
do cotidiano"*

1.4 - PARA UMA NOVA POLÍTICA: A PARTIR DAS CIDADES É QUE A JUSTIÇA E A PAZ PODERÃO SE ABRAÇAR.

Para que a CF 96 possa dar uma importante colaboração no sentido de "ampliar o conceito de política para além de processos eleitorais"⁸ precisa resgatar a atividade política como pedagogia de transformar os cidadãos em políticos. E para isso precisa considerar seriamente o fato de que "a debilitação do homem e de sua vida comunitária, o desaparecimento dos municípios e o descrédito das instituições comunais ocasionaram a perda do sentido político dos homens. É na vida política que os homens aprendem e realizam verdadeira participação na coisa pública. O fundamento da verdadeira democracia é a participação na vida e no governo municipal, dotada da mais ampla autonomia e autodeterminação possível. É na vida municipal que se aprendem os costumes democráticos, isto é, o sentido da responsabilidade pública."

E que "por falta dessa base municipal forte, por falta de sentido democrático realista e autêntico, as povoações urbanas se massificam. Deixam-se tomar por mitos. A política já não é a ordenação e o desenvolvimento da cidade; política se transforma em luta por ideologias abstratas. Os cidadãos já não se dividem a respeito de planos ou projetos concretos. A discussão já não se refere a questões de desenvolvimento, a dar prioridade a tal ou qual forma de desenvolvimento. Referem-se a sistemas de idéias. Os cidadãos se dividem e aderem a partidos que pretendem ser depositários de valores absolutos. Já não se vota em projetos. Vota-se em programas metafísicos."

Pois "na ausência de realidades concretas para discutir, a atenção dos homens se dirige ao poder como tal; trata-se de conquistar a máquina do Estado. O que se chamou de política não era mais do que rivalidades e lutas pela conquista deste instrumento de poder que é o Estado e que todos os partidos perseguiram como proteção, refúgio contra as an-

gústias provocadas pela existência desse mesmo Estado. Pois na ausência de política urbana democrática os cidadãos perdem o sentido de sua solidariedade neste conjunto concreto que é a cidade.⁹

1.5 - "SEJAMOS REALISTA: EXIJAMOS O IMPOSSÍVEL" (Paris, maio de 1.968)

É preciso também resgatar maio de 68. Entre os anos 66 e 69 acontece uma grande onda de revoltas estudantis,

"O fundamento da verdadeira democracia é a participação na vida e no governo municipal"

que vai de Berkeley a Berlim, Roma, Paris, Pequim, São Paulo, Rio de Janeiro, Praga, Buenos Aires, México. Destas a mais fulgurante foi a de maio de 68 em Paris. Ali "a revolta estudantil já apareceu como insubordinação às regras, hierarquias e valores estabelecidos no conjunto da sociedade, nas instituições escolares, fabris, fami-

liares, hospitalares, administrativas. Em lugar das estratégias para a 'tomada do poder de Estado', a contestação imediata e cotidiana de cada relação de dominação. Desse modo a revolta juvenil abre novos espaços de luta política, que iriam abalar até as raízes da 'velha política' e dos movimentos operários e comunistas tradicionais."¹⁰

Estes movimentos, vividos como o começo de uma grande jornada revolucionária, expressam o descontentamento profundo e a imobilidade geral a que a maioria das mulheres e homens foram condenados, em face das amarras de um determinado tipo de participação política institucionalizada. Os manifestantes procuravam um papel no presente e no cotidiano, que não se limitasse ao futuro distante e à manifestação eleitoral como eleitor ou candidato. Isso questiona tanto a ordem estabelecida como as formas instituídas de oposição.

Queriam saber o que pode alguém fazer hoje, e como pode realizar algum significado humano na sua atividade, num país onde os políticos se revezam num poder aparentemente imóvel e inacessível, onde o próprio emprego, quando acontece conseguiu-lo, significa uma amarra para toda a vida, onde a ciência apenas banaliza e castra a imaginação criativa e transformadora, onde os valores morais submetem-se a uma ética consumista, alienando as relações humanas em seu conteúdo mais profundo. A democracia, longe de se esgotar nos fins, já precisa estar radicalmente presente nos meios.

Ao produzir a politização do social, os "novos sujeitos políticos" que emergem em 68 atacam o ponto fixo da política, a ordenação das instâncias sociais encabeçadas pelas instituições políticas enquanto zonas próprias bem delimitadas. Redescoberto o cotidiano enquanto espaço de reprodução da dominação ou da resistência contra ela, politiza-se o social e estilhaça-se o campo da política. Neste mesmo processo, de emergência de uma pluralidade de sujeitos políticos assumindo a centralidade da sua condição, rompe-se também na esquerda a ordenação do campo polí-

tico, hierarquizada a partir do lugar hegemônico reservado por direito teórico- à classe operária ou seus "representantes".

Cai a pirâmide, sai do trilho o trem que como locomotiva possuía o partido político e que atrás de si trazia os vagões dos sindicatos, das associações de bairro, o movimento dos sem-terra, das pastorais, das mulheres, negros, índios, ecológicos, em ordem decrescente de importância revolucionária. Já não há somente um partido, um sujeito ou uma classe com a missão emancipadora. A subordinação das outras classes e setores sociais dominados através de um projeto global, articulado por um só "sujeito revolucionário", que fala em nome do proletariado, defronta-se com uma pluralidade de sujeitos que, enquanto tais, não mais se vêem como aliados subalternos aderidos a uma classe hegemônica que lhes dá sentido. Tanto os movimentos feministas, antinucleares, ecológicos, quanto os de índios, negros, pastorais e tantos outros emergem, justificando-se por si mesmos. Todas as pretensões totalizadoras foram estilhaçadas com o estilhaçamento do campo da política.¹¹

1.6 - HÁ AINDA MUITO POR FAZER

Mas apesar disto há ainda muitos resquícios da política tradicional na nossa sociedade e mesmo dentro dos partidos que buscam a "transformação estrutural". Temos uma pluralidade de movimentos, mas estes ainda priorizam articulações a nível nacional, enquanto na cidade, onde coexistem com outros movimentos, permanecem afastados uns dos outros, desarticulados. Movimento sindical não se articula com movimentos de bairros, que não se interessa pelas pastorais, que não se liga com movimentos ecológicos, que não se articula com o movimento de mulheres, com o movimento negro e assim por diante. Quase todos estão organizados com coordenações ou centrais nacionais, mas na cidade, onde todos têm suas bases, permanecem isolados, quando não se desconhecem ou brigam uns contra os outros.

A cidade não está em seus planos, não articulam suas lutas setoriais com os outros setores. O papel de construir um projeto global, mesmo que seja para a cidade, ainda é delegado para algum partido político. Esta postura e também a preferência por articulações a nível nacional é reveladora

"...que não se limitasse ao futuro distante e à manifestação eleitoral como eleitor ou candidato"

de que estes movimentos ainda permanecem dentro da antiga hierarquização da política institucional, que privilegia o partido como acesso ao poder e a conquista do poder do Estado para realizar o projeto costurado pelo partido.

Até mesmo no Texto Base da CF 96 podemos notar alguns indícios desta visão política. Apesar de reconhecer "os limites" da dimensão político-partidária do agir político, esta dimensão é reconhecida como "imprescindível" e insubstituível no atual modelo de Estado e de sociedade.

inda atribui aos partidos a tradicional tarefa de construir e defender o projeto de organização e gestão do Estado. Os limites da política partidária não são sequer explicados, e poderia haver uma crítica mais corajosa a estas vias políticas institucionalizadas e praticamente de acesso privativo.¹² Também deveria reconhecer desde já a criação e a participação de cristãos e cristãs nas centenas de conselhos populares constituídos a nível municipal, estadual e até federal, em vários setores, como um grande sinal de esperança¹³ ao lado de iniciativas como a Ação da Cidadania contra a Fome e pela Vida. Valorizar mais os espaços de participação direta da cidadania organizada. A maioria dos sinais de esperança encadados ainda estão dentro da política institucional tradicional.

O documento poderia ter adotado o ponto de vista da cidadania para fazer esta crítica. Seu ponto de vista ainda é bastante influenciado pela via política tradicional institucionalizada. Deposita ainda muita esperança no Estado, a ponto de afirmar que a qualidade da vida das cidadãs e cidadãos depende da proteção que lhes oferece o Estado Nacional a quem pertencem".¹⁴ Apesar de falar da importância da afirmação do poder local e da municipalização, como tendência contrária à centralização¹⁵, falta no documento uma análise crítica da relação de poder, hoje muito desigual, entre a nação, os Estados e municípios. Uma crítica ao poder concentrado. Uma proposta de redefinição do Estado também neste sentido, superando os limites condicionantes do debate com o neoliberalismo¹⁶, propondo um modelo de Estado mais passível de controle pela cidadania

2. BÍBLIA E POLÍTICA

Na Bíblia, porém, temos várias políticas. Várias formas de exercício do poder. Várias relações de poder. Quase todas elas são exercidas em nome de Javé, em nome de Deus. Para a finalidade deste pequeno escrito iremos agrupar estas diferentes formas políticas em duas correntes principais. São duas correntes que se combateram mutuamente ao longo da história de Israel, apesar de ambas serem apresentadas em nome de Javé. Por isto estas correntes não são meramente políticas. Aparecem como teologias, espiritualidades, experiências de Deus.

"Documentos maiores que tinham a finalidade de dar legitimidade a algum aspecto do poder ou do culto centralizado"

Primeiro será apresentada a corrente que se institucionalizou na monarquia e que teve sua sequência, no período pós-exílico até a época neotestamentária, numa espécie de teocracia, quando os sacerdotes assumiram o poder político interno. É a corrente que defende o poder centralizado.

Em seguida será descrita a corrente do poder descentralizado. Esta tem suas raízes no êxodo, na conquista da terra e na organização tribal. E depois, no conflito com a monarquia e a teocracia,

terá como expoentes os profetas e profetisas e o próprio Jesus de Nazaré. Como certamente já sabemos, os conflitos bíblicos desta envergadura não eram somente disputas em torno do sagrado e do religioso, mas tinham implicações e consequências na vida cotidiana do povo, nos momentos históricos em que aconteciam. Eram também conflitos políticos.

2.1 - TEOLOGIA DO TRONO - POLÍTICA DO PODER CENTRALIZADO

Esta corrente teológica e política teve muita influência sobre a religião de Israel e, conseqüentemente também sobre a Bíblia. Grande parte das tradições encontradas na Bíblia, apesar de ter origem popular, foi colocada por escrito não somente durante a monarquia, mas também em documentos elaborados pelos escribas dos reis, ou dos sacerdotes que estavam no poder. Estes documentos cooptavam tradições de origem tribal, popular e independentes, e as organizavam em documentos maiores que tinham a finalidade de dar legitimidade a algum aspecto do poder ou do culto centralizado. Formavam uma espécie de teologia para dar legitimidade ao trono, ao Estado, ao poder centralizado, seja na forma de uma monarquia seja na forma de uma teocracia. Boa parte destes documentos, mais tarde, entrou no cânon Bíblico. Alguns sofreram releituras que cambiaram suas funções, outros nem tanto.

A monarquia significou uma enorme centralização política e militar e religiosa. Uma mudança muito grande, imposta contra os interesses da maior parte dos camponeses, guardiães de tradições, costumes e instituições tribais, de uma nação que emergiu combatendo reis e faraós. Esta centralização política e religiosa exigirá uma forte legitimação para que seja aceita pelo povo. Como um povo que se organizava em tribos autônomas passa a aceitar um rei que as dirige, impõe pesados impostos e recruta seus filhos para suas guerras, e suas filhas para serviços na corte (1Sm 8, 11-18)? Como o rei não pode fazer com que o povo cumpra seus ditames sempre pela força das armas, isto será feito com a instituição de uma teologia oficial: uma teologia feita a partir do trono. Era essa a função social dos textos primitivos antes de formar-se o cânon Bíblico. Logicamente isso não foi feito de uma hora para a outra, mas foi se desenvolvendo e aprimorando ao longo da conflituosa história da monarquia em Israel.

Podemos encontrar vários elementos desta teologia concentrados nos capítulos 8-12 do Primeiro livro de Samuel. Ali o rei aparece como aquele que é exigido por *todos os anciãos de Israel* para *exercer a justiça* (1Sm 8, 4 e 5). Nos capítulos 9 e 10 do mesmo livro temos uma narrativa da unção de Saul como *chefe e libertador* de Israel (1Sm 9,16 e 10, 1) que é usada para legitimar a monarquia, embora a narrativa diga que Saul foi ungido como *chefe* (*nagid* em hebraico) e não como rei. Aqui a unção, realizada por uma autoridade da religião, já é usada para legitimar o futuro rei, como deixa entender o último versículo da narrativa (1Sm 10,16).

Em 1Sm 10, 17-27 o rei é mostrado como sendo indicado por Deus através de um sorteio, e é apresentado para o povo como *aquele que foi escolhido por Javé*. Novamente *todo o povo* aparece, agora gritando "Viva o rei!" (10,24) Mas mesmo assim o texto recorda a presença de

algumas pessoas que disseram: *Como poderá este salvar-nos, e o desprezaram e não lhe levaram presentes*, estes, naturalmente são chamados de *malignos* (lit. no hebraico: *"filhos de Belial"*).

No capítulo 11 temos outra narrativa, na qual Saul é proclamado rei diante de Javé, após ter vencido os amonitas. Saul no entanto foi apenas um reizinho. Ele somente reinou sobre duas ou três tribos. Não possuía capital nem palácio e sua corte era basicamente formada por seus parentes (1Sm 14, 49-51).

Davi já avança um pouco mais na acumulação e centralização do poder. Ele torna-se rei das tribos do sul (2Sm 2, 1-4), depois torna-se rei também das tribos do norte (II Sm 5, 1-3) e conquista Jerusalém, que até esse momento permanecia como um enclave cananeu entre as tribos de Israel (2Sm 5, 6-12). Assim Davi passa a ter uma capital, e com ela também vai herdar a experiência do sistema cananeu de administração e de organização da religião. Certamente também manterá alguns altos funcionários daquela cidade cananéia a seu serviço, como parece ser o caso do sacerdote Sadoc. Começa aí uma fase determinante para as características da monarquia israelita. Sadoc inicialmente aparece na corte de Davi dividindo o sacerdócio com o levita e javista Abiatar (2Sm 8,15-18). Mas com Salomão será guindado ao posto de sumo sacerdote (1Rs 2, 35).

O próximo passo será a fixação da arca em Jerusalém (2Sm 6,1-23). A arca, uma espécie de Santuário móvel, símbolo popular do javismo dos camponeses, é cooptada para dentro de uma estrutura híbrida, a junção de cidade-Estado cananéia com tradições javistas, que marcará toda a trajetória da religião oficial do Estado israelita.

Tudo isto ficará ainda mais consolidado com Salomão, que será ungido como rei (1Rs 1,39). Ele já herda o país com os inimigos derrotados, um exército forte, a capital e parte do sistema administrativo de Davi. Pode se dedicar à construção de um grande Templo, à moda cananéia, o Templo de Jerusalém. Com ele se consolidará a dinastia da família de Davi, que ficará no poder por mais de 400 anos. O texto chave para isto é aquele que ficou conhecido como a profecia de Natã, embora Natã parece ter sido, pelo menos inicialmente, contrário à construção do Templo (2Sm 7). A teologia da unção, da casa davídica e do Templo são as bases de uma sólida teologia do trono.

Seu ponto culminante está no Salmo 2, que provavelmente era parte da liturgia de entronização de um novo rei. O rei é o *ungido de Javé* (v 2), e Javé proclama: *"fui eu que consagrei o meu rei sobre Sião, minha montanha sagrada"* (v 6-7) e *"Tu és meu filho, eu hoje te gerei. Pede e eu te darei as nações como herança, os confins da terra como propriedade. Tua as quebrarás com um cetro de ferro, como um vaso de oleiro as despedaçarás."*(v 7-9) E mais adiante *"beijai seus pés com tremor, para que não se irrite e pereçais no caminho, pois sua ira se acende depressa. Felizes aqueles que nele se abrigam"*(v 12). Esta teologia do Rei ungido (messias) e filho de Deus, será mais tarde relida, dando corpo à esperança messiânica e também aplicada a Jesus, na teologia do Cristo Rei.

O Estado também irá fortalecer a teologia do tributo. Já havia nos santuários pré-estatais o costume de fazer oferendas à divindade (1Sm 1,3). Mas como a monarquia se sustenta com o tributo tomado dos camponeses e camponesas, estes costumes serão desenvolvidos, regulamentados e

gradativamente transformados em leis (Êx 22, 28-29; 23, 14-19; 30, 11-16; Lv 1-7; 17; 27; etc).

A teologia do trono alcançará um peso maior ainda na reforma de Josias (2Rs 22-23). Josias efetivamente centralizará todo o culto em Jerusalém. Destruiu todos os santuários do interior, mesmo os antigos santuários javistas tradicionais, como Betel (2Rs 23,15-20). Assim a coleta do tributo e o controle estatal sobre a religião podem ser absolutos. O texto legal encontrado no Templo (2Rs 22,8), provavelmente o núcleo do atual livro do Deuteronômio, foi adaptado aos interesses da corte josiânica e estabelecido quase como uma "Lei de Segurança Nacional". Quem se desviava da religião oficial corria risco de vida (Dt 12-17). A "Obra Histórica Deuteronomista" (OHD) é uma grande releitura de toda a história de Israel na perspectiva da família Davidica, que quer estender seu poder sobre o reino do norte, e da família sacerdotal Sadoquita, que controla a religião centralizada no Templo de Jerusalém.

Novo desenvolvimento desta teologia do trono será feito quando os sacerdotes assumem o poder ao voltarem do exílio. Se a corte de Jerusalém e a reforma josiânica justificavam o monopólio do poder invocando sua descendência de Davi, a corte dos sacerdotes irá legitimar-se afirmando-se como membros da raça pura, os descendentes de Aarão, a raça escolhida, eleita por Deus. As mulheres estrangeiras serão expulsas (Esd 9-10) e se consolidará a lei do puro e do impuro (Lv 11-16). Os sacrifícios de purificação serão uma das principais fontes de renda dos sacerdotes, que, controlando todas as

ofertas feitas ao Templo, tomaram-se grandes comerciantes e banqueiros. Enfim, os principais cargos religiosos e políticos somente poderiam ser ocupados por pessoas da raça pura (ver Ez 40-48). Tudo feito a partir do Templo e em nome de Javé!

Assim a teologia do trono recebe uma cara além de machista, agora também racista. Também a lei, a circuncisão e o sábado serão inscritos dentro desta perspectiva. Esta teologia terá um papel definitivo na decisão das autoridades judaicas que mataram Jesus. Inclusive os partidos político-religiosos no tempo de Jesus (Saduceus, Fariseus, Essênios, Zelotes...) tinham suas matrizes ideológicas e teológicas nesta corrente.

2.2 - TEOLOGIA A PARTIR DA VIDA DOS POBRES: O PODER DESCENTRALIZADO.

Por outro lado, na Bíblia também encontramos uma grande corrente teológico-política que vem do lado dos pobres, das trabalhadoras e trabalhadores, das pessoas que estão à margem do poder. Esta corrente também perpassa toda a Bíblia. Mas enquanto na teologia do trono a experiência de Deus é codificada, sistematizada e dogmatizada a partir da experiência do poder, do trono, aqui nesta corrente

"A teologia do trono alcançará um peso maior ainda na reforma de Josias"

a experiência de Deus é sistematizada a partir da luta pela vida, da luta contra os poderes opressores.

"A experiência de Deus feita pelos escravos tornou-se paradigmática e núcleo fundamental da fé israelita"

No livro do Gênesis esta experiência de Deus será feita pelos migrantes, pastores semi-nômades, gente sem terra, que luta por manter seu modo de vida, sua prática de solidariedade, hospitalidade e autonomia contra a ambição das cidades, que tudo querem controlar. As duas correntes se configuram e se

confrontam em dois sistemas político-teológicos que se opõem: de um lado os clãs pastoris e, de outro, as cidades-Estado. Histórias como Caim e Abel (Gn 4), Torre de Babel (Gn 11), e Sodoma e Gomorra (Gn 18,17-19,29), narradas desde o ponto de vista dos pastores, retratam este confronto. Também na história de Abraão e Sara isto é manifesto, principalmente nos seus encontros com as cidades (Gn 12, 10-20; 20). A teologia dos textos mostra Deus em defesa das mulheres dos pastores, contra a exploração das mulheres nas cidades.

No conhecido livro do Êxodo, a experiência de Deus feita pelos escravos tornou-se paradigmática e núcleo fundamental da fé israelita. No confronto entre os escravos e o faraó serão embutidos vários embates futuros entre o povo e a monarquia. Esta corrente tende a identificar a teologia do trono com a teologia do faraó. Deus abençoa as parteiras que desobedeceram ao "rei" do Egito (Êx 1,15-20) e se revela aos escravos que lutavam contra a opressão imposta pela política do Estado egípcio. Nestes textos, Deus é antimonárquico.

Em Josué e Juizes são os pobres que lutam por sua vida, pela partilha da terra e sua autonomia contra as cidades-Estado. Javé aparece aqui na defesa das tribos livres e autônomas em suas terras, sem o domínio dos reis. Conquistam sua terra, sua liberdade, sua autonomia e instauram um regime baseado na solidariedade e no autogoverno. Quando alguém pede a Gedeão que ele e seu filho tornem-se reis sobre Israel, ele responde: "Não serei eu quem reinará sobre vós, nem tampouco meu filho, porque é Javé quem reinará sobre vós" (Jz 8, 22-23). Desta forma era descrito o governo tribal. E é este sistema que será a inspiração na luta contra a monarquia que logrou instalar-se no seio de Israel.

É no período da monarquia que as duas correntes teológicas e políticas vão tornar-se mais visíveis. Será um sistema descentralizado e autônomo contra um sistema centralizado. A teologia que nascia da vida concreta do povo, contra a teologia do trono e do Templo. Será um Deus contra outro Deus. Toda a defesa do sistema monárquico, do rei, do tributo, dos trabalhos forçados, do Templo e seus rituais, era feita em nome de Javé. E a resistência também invocava Javé a seu favor, falava e agia em nome de Javé, contra todo este sistema.

Os profetas, porta vozes dos camponeses explorados pelos reis, em nome de Javé, condenam a monarquia e o

tributo (Os 8,4; 9,15; 10,15; 13,9-11; Mq 3,1-4). Condenam a religião oficial e o Templo (Mq 3,5-12; Jr 7,8-11). Em Jeremias encontramos uma palavra fortíssima contra a religião oficial: "Porque eu não disse e nem prescrevi nada a vossos pais, no dia em que vos fiz sair da terra do Egito, em relação ao holocausto e ao sacrifício. Mas eu lhes ordenei isto: escutai a minha voz, e eu serei o vosso Deus e vós sereis o meu povo." (Jr 7,22-23).

No período do exílio, os pobres que foram deixados na terra devastada (2Rs 24,14 e 25,12) reuniram-se em Masfá, antigo e importante centro tribal e reorganizaram-se, sem Templo e sem rei. Nos moldes tribais redistribuíram a terra (Jr 39,10 e 40,12). E, como diz o texto, naquele ano em Masfá "fizeram uma colheita muito grande de vinho e frutas". Esta experiência no entanto foi massacrada pelos remanescentes da família real deportada (Jr 41,1-3). Na revisão da história deuteronomista, feita neste período, a própria instalação da monarquia será entendida como a rejeição de Javé (1Sm 8,7; 12,17 etc.).

No pós-exílio, também o sábado e a circuncisão sofrerão contestação em nome de Javé (Is 58). Igualmente a teologia de defesa da raça pura como raça eleita por Deus será atacada por novelas de resistência como Rute e Jonas. E a teologia oficial, consolidada na teologia da retribuição, será profundamente questionada na parte poética do livro de Jó (3,1-42,6). Tudo isto feito também em nome de Javé. Mas é claramente a partir de outra experiência de Deus. Não a partir do trono, do poder, mas da vida concreta daqueles que sofriam as consequências do exercício do poder, daqueles que sofriam a exploração e as injustiças patrocinadas e legitimadas pela política e teologia oficial.

Esta corrente encontra sua expressão máxima em Jesus, que claramente se alinha com aqueles que são os marginalizados e excluídos do seu tempo. Fala de Deus e em nome de Deus para aqueles que são excluídos da vida digna pelo sistema político-teológico oficial, que também o fazia em nome de Deus. A prática política e evangelizadora de Jesus vai refazer e reforçar a comunidade daqueles que eram esmagados pela política defendida pelos sacerdotes que controlavam o Templo e, a partir dele, a vida do povo. Mesmo os partidos políticos religiosos do tempo de Jesus, essencialmente estavam ligados a esta política e a esta compreensão do Templo e de Deus.

Jesus, no entanto, reconstruindo a comunidade com os excluídos, resgatando sua dignidade, vai propiciar uma experiência de Deus fora do Templo. Uma experiência de Deus na comunidade, na vida cotidiana. Numa relação fraterna em torno da mesa comum, que contagia, que se torna eixo e referência para todas as outras relações. Desta mesma forma seus seguidores, nas margens das cidades do império greco-romano, constituíram casas-comunidades que significavam um espaço de resgate da dignidade e vivência da cidadania que lhes eram negadas pelos poderes dominantes. Esta experiência de Deus feita a partir da mesa comum se irra-

"Jesus vai propiciar uma experiência de Deus fora do Templo"

diava também para dentro das relações políticas na comunidade, e afirmavam o poder enquanto serviço (Jo 13,1-16).

Infelizmente a política das igrejas, tanto em suas relações internas como em suas relações com a sociedade, manteve-se somente por pouco tempo no caminho apontado por Jesus. Tanto que o cristianismo que chegou a nós, nos barcos dos conquistadores, tem muito mais a ver com o império romano do que com Jesus.

CONCLUSÃO

A partir da Bíblia se pode legitimar pelo menos duas formas de se fazer política. Duas formas antagônicas. Dentro da política também temos várias opções contraditórias. Disto se conclui que o critério não pode ser nem simplesmente a Bíblia e nem a política em si. Nem uma nem outra possui valor absoluto, valor em si. Seu valor define-se em relação às suas funções, seus objetivos. Daí também pode-se verificar que o dilema fé ou política- militância político partidária ou vida na comunidade de fé- é um falso dilema¹⁷. Não é só a Bíblia- ou a comunidade de fé- que questiona a política. Nem só a política que questiona a Bíblia e/ou a comunidade de Fé. Existe um absoluto que simultaneamente questiona estes dois âmbitos. Jesus não disse: "Eu vim para que todos tenham política e política em abundância!" Também não disse: "Eu vim para que todos tenham Igreja e Igreja (ou Bíblia) em abundância!" Todos sabemos que o que Ele disse foi: "*Eu vim para que todos tenham VIDA e vida em abundância*" (Jo 10,10).

Para o Deus de Jesus, o absoluto é a VIDA. É isto que define o valor da política, da Bíblia e também das igrejas. Para o Deus da Vida, estas coisas só têm algum valor se estiverem em função, a serviço, da defesa da vida. E da defesa da vida a partir daqueles momentos e locais em que ela esteja mais ameaçada. E, superando o antropocentrismo, Vida entendida em seu sentido mais amplo. Como todas as coisas que brotaram da criação depois que Javé introduziu no caos o dinamismo da Vida. Como o grande movimento que gera e sustenta a vida no universo. Inclui o carinho e o cuidado necessário para a manutenção de todos os elementos necessários para a Vida. A Vida é o projeto de Deus. É este absoluto que questiona tanto a Bíblia- e as igrejas- como a política.

O nosso agir deve ser o de buscar perceber hoje em nossa realidade concreta, cotidiana, em nossa cidade, onde a Vida está sendo ameaçada, por onde passa a corrente da vida, onde o Espírito vitalizador, posto em marcha na criação está passando entre nós, e colocar-nos em sintonia com esta corrente. É na geração, na sustentação e na perpetuação da Vida que está o projeto de Deus. Participar deste projeto, encontrá-lo, é meter-se neste movimento, ajudá-lo, dar espaço para ele. A leitura Bíblica, as igrejas e as opções políticas devem buscar esta sintonia, ali o sagrado está presente, ali adquirem significado para o Reino.

A política e mesmo a Justiça e a paz devem ser repensadas dentro desta perspectiva mais ampla, da liberdade e da vida com boa qualidade para todos. Qualidade de vida é muito mais que só resolver questões de justiça e injustiça. É claro que não existe vida boa com injustiça, mas só a questão da justiça não garante a continuidade da vida. E este

deve ser o objetivo coletivo de nossas comunidades. O exercício do poder para criar, defender e manter, melhorar a vida. Usá-lo em sintonia com o movimento criador e doador de vida iniciado por Deus com a criação. Mas dentro do esquema de lutar para que a comunidade gere vida boa para todos. É dentro do marco da geração e da renovação gratuita da Vida, dentro de um projeto de Vida boa para todos que, não só a questão da política, da paz e justiça, mas também a fé, a Igreja e a Bíblia, alcançam sua radicalidade máxima. E procurar fazer isso concretamente a partir de nossas casas, ruas, bairros, nossas cidades.

No sentido de perceber o movimento concreto da vida, termino com mais uma citação de José COMBLIN na defesa da relação da política com o pensar a cidade: "O cristianismo não pode encarnar-se em uma ideologia. Em uma ideologia não há lugar para a caridade, porque não há próximo... O próximo são os homens com quem estamos em contato corporal. Por isso, o próximo é, antes de tudo, os que vivem unidos a nós na mesma cidade. A caridade que está a serviço do próximo não encontra sua realização em política de Estado, em política de poder. Necessita de política de urbanismo, política da cidade. Os atos de autêntico urbanismo são os atos de caridade, de serviço ao próximo: construir moradias, facilitar intercâmbios, criar postos de trabalho, facilitar encontros entre cidadãos, submeter à eleição todas as opções de desenvolvimento, lutar contra a contaminação atmosférica, contra o ruído e a insalubridade, etc, etc. Urbanismo e caridade, política concreta e vida cristã se encaixam perfeitamente uma na outra. São dois componentes da mesma história"¹⁸. Necessitaria de algumas atualizações, mas vale a inspiração contida nestas frases, escritas há quase trinta anos.

E para que os leigos desempenhem suas tarefas específicas, é necessário também que sua luta política, em defesa da vida concreta daqueles que hoje têm sua vida ameaçada, a sintonia com o movimento vitalizador do Espírito, a descoberta da corrente da vida que perpassa nosso

cotidiano, seja vivida como um encontro com o Sagrado, como uma experiência de Deus. E que a partir deste encontro e desta experiência possam desenvolver uma espiritualidade leiga e uma teologia leiga. Todos nós necessitamos ser evangelizados pelo evangelho da VIDA.

"A vida é o projeto de Deus. É este absoluto que questiona tanto a Bíblia - e as igrejas - como a política"

NOTAS

¹ Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, "*Fraternidade e Política: Justiça e Paz se abraçam*" - Texto Base da Campa-

da Fraternidade/ CNBB 1996, Ed. Salesiana Dom Bosco, SP, p. 11.

² Cf. Wolfgang Leo MAAR, *O que é Política*, Ed. Brasilien-SP, 1982, p. 31.

³ Cf. José COMBLIN, *Teologia da Cidade*, Ed. Paulinas, SP, p. 1. Este livro é leitura fundamental para quem tem interesse pastoral urbana. E o item *Em direção a uma política nova* 145-150 é muito inspirador para uma relação entre política e fé. Vale notar que o livro foi editado em Paris em 1968. manifestações que aconteceram em Paris, em maio daquele ano, que depois ocorreram também em quase todo o mundo, criaram uma marca indelével na política. Foi um furacão que varreu desde a velha política institucional até os movimentos católicos e comunistas tradicionais.

⁴ Para esta rápida introdução muito me auxiliou a obra de Wolfgang Leo MAAR, citada na nota anterior.

⁵ Texto Base CF-96, p. 19.

⁶ José COMBLIN, op. cit., p. 149.

⁷ Cf. Marilena CHAUI, *Por Uma Nova Política*, in Revista *VIOS*, ano 1, nº 1, novembro de 1982, SP, p. 96. Para melhor compreensão histórica da política, ver, da mesma autora, a obra *Convite à Filosofia*, Ed. Ática, SP, 1995, principalmente pp. 367-436.

⁸ Texto Base CF-96, Objetivo específico nº 1, p. 8.

⁹ José COMBLIN, op. cit., pp. 145-146.

¹⁰ Eder SADER, *Marxismo e Teoria da Revolução Proletária*, Ed. Ática, SP, 1986, p. 52-53.

¹¹ Grande parte desta análise devo ao companheiro Eder SADER, na obra já citada.

¹² Texto Base CF-96, nn. 16-17, pp. 12-13.

¹³ Texto Base CF-96, pp. 21-23.

¹⁴ Texto Base CF-96, n. 34, p. 19.

¹⁵ Texto Base CF-96, n. 96, p. 39.

¹⁶ Texto Base CF-96, n. 93, p. 38.

¹⁷ Texto Base CF-96, n. 107, p. 42.

¹⁸ Op. cit., p. 148.

Endereço do Autor:

CEBI/SC

Cx. Postal 5150

88040-970 FLORIANÓPOLIS, SC

Fraternidade e Política

Seguir Jesus em Comunidade

O Projeto Político do 4º Evangelho

Pe. Vitor Hugo Mendes - grad. 1994
Reitor do Semin. Teológico de Lages

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa nasceu num momento importante de 1992. Estudante do 3º ano do curso teológico, nesse ano se completaram 10 anos da minha entrada no Seminário. Uma idéia que frequentava o "hall" de minhas preocupações, na escola e na vida comunitária, era o sentido verdadeiro de "fazer a vontade de Deus, Pai e Mãe". Na ocasião, no estudo dos ESCRITOS SANTOS, orientado pelo Pe. Ney, professor da matéria, obtive a oportunidade para explorar a idéia e sistematizar a mesma.

Motivado pela celebração dos 500 anos de... na América, logo se definiu a temática da pesquisa: "fazer a vontade do Pai na perspectiva do 4º Evangelho, na ótica da América latina". Estavam incluídos os assuntos de minha formação: VOCAÇÃO E MISSÃO.

Três anos se passaram, e me parece que a questão continua sendo atual e relevante. Esta é a motivação que me levou a publicar o artigo. Atualmente no ministério da Forma-Presbiteral, parece-me que é urgente e necessário retomar com "ternura e vigor" o tema do seguimento de Jesus

assumido em comunidade, razão do ser Cristão na Comunidade-Igreja hoje. Estou certo de que estas páginas, lidas em comunidade, poderão ser iluminadoras para todos. No entanto, são dedicadas a refletir sobretudo a qualidade de vida das nossas casas de formação e seminários, bem como o compromisso eclesial daqueles que por ali passam.

1. JOÃO E SEU EVANGELHO

O 4º Evangelho, como toda obra histórica, nasce dentro de uma conjuntura específica; procura situar um contexto; tem um endereço determinado; visa iluminar e traduzir a realidade de uma época. Assim é o evangelho de João. Obra teológica profunda, de certo modo bastante precisa em dados históricos e geográficos (ao que tudo indica depende de uma testemunha ocular), que com muita originalidade procura mostrar o impacto da PALAVRA DE DEUS diante dos homens e mulheres de seu tempo.

Por que o 4º Evangelho? Quem o escreveu? Onde o teriam escrito? Estas são questões bastante controvertidas na exegese bíblica. Há inúmeros escritos sobre isso, mas que não passam de hipóteses, ainda que bem fundamentadas.¹